

**PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES UTILIZADAS EM SAÚDE****INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES USED IN HEALTH**

**Gustavo Venancio<sup>1</sup> Simone Manechini Calciolari<sup>1</sup> Gercilene Cristiane Silveira<sup>1</sup> Adriane Lopes<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Faculdades Integradas de Jaú.

e-mail: gustavo\_venancio2008@hotmail.com

**RESUMO**

Com a evolução e qualificação do cuidar, novas terapêuticas vêm surgindo, tais como as Práticas Integrativas e Complementares (PIC). Estas utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças. Em alguns casos, também podem ser usadas como tratamentos paliativos para algumas doenças crônicas. Este estudo tem como objetivo identificar práticas integrativas e complementares usadas em saúde, bem como o conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre essas modalidades terapêuticas. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura e a partir dos critérios de inclusão foram analisados seis artigos publicados entre os anos de 2005 a 2020. Em estudo realizado por Gontijo et al, (2017) foi evidenciado que a maioria dos profissionais conhece parcialmente as PICs, sendo a acupuntura e a fitoterapia destacadas. Quando investigado gestores de UBS sobre a utilização de alguma PIC para sua própria saúde ou de um familiar, as respostas foram que a maioria já havia utilizado de recursos como acupuntura. Concluiu-se que as PIC são ofertadas aos usuários do SUS e a carência de dados sobre algumas práticas mostram-se como uma limitação sobre o atual cenário dessa abordagem. Alguns reflexos positivos para os usuários e para os serviços que adotaram a sua utilização foram destacados, mas há muitos desafios no seu acesso e na sua utilização, especialmente pela falta de profissionais capacitados. Novos estudos e incentivo à utilização das PIC são necessários, especialmente para os profissionais de enfermagem.

**Palavras-Chave:** Práticas Integrativas e Complementares. Profissionais da Saúde. Conhecimento.

**ABSTRACT**

With the evolution and qualification of caring for new therapies, one of them is emerging, one of them being the Integrative and Complementary Practices (ICP), which are treatments that use therapeutic resources based on traditional knowledge, aimed at preventing various diseases such as depression and hypertension. In some cases, they can also be used as palliative treatments in some chronic diseases. This study aims to identify integrative and complementary practices used in health, as well as the knowledge of nursing professionals about these therapeutic modalities. It is a systematic review of the literature and based on the inclusion criteria, six articles published between the years 2005 to 2020 were analyzed.) In a study by Gontijo et al, (2017) it was evidenced that most professionals partially know integrative and

complementary practices. A study conducted with UBS managers, regarding the use of some ICP for their own health or that of a family member, the answers were that most had already used resources such as acupuncture and stated that ICPs are part of a healthier life. It was concluded that ICP are offered to SUS users and the scarcity of data on certain practices is shown as a limitation on the current scenario of this approach. Some positive effects for the users and for the services that adhered to its use were highlighted, but there are many challenges in their access and use, especially due to the lack of trained professionals. Further studies and incentives for the use of ICP are needed, especially for nursing professionals.

**Keywords:** Integrative and Complementary Practices. Health Professionals. Knowledge.

## INTRODUÇÃO

O câncer apresenta-se como a segunda maior causa de mortes por doença nos países desenvolvidos, e a terceira nos países em desenvolvimento, um dos motivos para essa realidade é o diagnóstico tardio, quando a doença se encontra em estágio avançado ou sem possibilidades de cura (WATERKEMPER; REIBNITZ, 2010).

O tratamento do câncer pode ser realizado através de cirurgia, radioterapia, quimioterapia, hormonioterapia e, em alguns casos, transplante de medula óssea, de forma individualizada ou, mais comumente, pela combinação dessas modalidades de tratamento (BRASIL, 2019). Os tratamentos e/ou a associação deles são considerados importantes para a evolução positiva do quadro de saúde do paciente (VIEIRA et al., 2014). No entanto, não são somente as questões fisiológicas e medicamentosas que importam para assegurar o bem-estar e a qualidade de vida do paciente oncológico (VIDOTTI; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Práticas Integrativas e Complementares (PICs) na saúde, segundo Pinheiro, Machado e Guizardi (2011. p. 75) referem-se a “um exercício dialógico ético político, de natureza interdisciplinar, sobre a construção de saberes e práticas no cotidiano das instituições de saúde”.

Tal evento pode ser evidenciado pelos seguintes indícios, entre outros: grande desenvolvimento, nos centros urbanos, de farmácias e lojas de produtos naturísticos tradicionais ou recentes; reaparecimento, em feiras populares urbanas, do “erveiro” (vendedor de plantas medicinais) como agente de cura, e aparecimento, no noticiário da grande imprensa escrita e televisiva, de reportagens frequentes sobre os efeitos curativos de terapias ou práticas terapêuticas não-convencionais, denotando aumento da procura das mesmas por um número significativo de pessoas (LUZ, 2005. p. 154).

Pinheiro, Machado e Guizardi (2011) a institucionalização das PICs está pautada na racionalidade da medicina moderna em responder as demandas das pessoas por cuidado. Essa razão demonstra a possibilidade da menor utilização de meios tecnológicos, tornando o tratamento acessível, sem diminuir a eficácia curativa nas situações mais gerais e comuns de adoecimento da população. Por outro lado, a eficácia e resolutividade nas PICs resultam da satisfação que os pacientes encontram no seu tratamento. Assim, os autores identificaram:

que tais práticas integrativas têm-se destacado ao provocar mudanças em hábitos de vida e a estimular a participação ativa da pessoa frente a sua doença. Um dos principais fatores de transformação dessas práticas tem sido a inversão do paradigma de doença para o de saúde, segundo o qual não se limita a cura da doença, mas principalmente mantém ou busca saúde (PINHEIRO; MACHADO; GUIZARDI, 2011, p. 80).

Os mesmos autores ressaltaram que as práticas são utilizadas para alcançar um equilíbrio entre corpo, mente e espírito, tornando-se um indivíduo autônomo na busca pelo seu cuidado.

A preocupação da PICs é capacitar os pacientes para o autocuidado, tornando-o responsável pela sua saúde dentro das suas responsabilidades, alterando práticas, hábitos e costumes do cotidiano (CINTRA; FIGUEIREDO, 2010).

Ainda, segundo os mesmos autores, o contato com as práticas alternativas nos serviços, incentiva uma postura ativa e uma visão crítica sobre seu próprio corpo. De acordo com o Sem “culpar” a pessoa por sua enfermidade, mas capacitando-o para o autocuidado. A prática demonstra potencial para a mudança do papel da pessoa frente a seu tratamento, transformando-a de paciente (passivo) a sujeito (ativo).

De acordo com Luz (2005), em princípio, tais medicinas tendem a propiciar um conhecimento maior do indivíduo a respeito de si mesmo, de seu corpo e de seu psiquismo, com uma conseqüente busca de maior autonomia ante o seu processo de adoecimento, facilitando um projeto de construção (ou de reconstrução) da própria saúde. Promoção de Saúde passa a mobilizar o conhecimento historicamente acumulado no campo sanitário, buscando a saúde em outro lugar, não mais no corpo, nem genericamente em todos os espaços sociais, mas nas relações entre os corpos/mentes doentes e a sociedade. Começa a ser compreendida em seus significados, para daí constituírem objetos de intervenções transformadoras.

A World Health Organization aconselha aos países participantes que desenvolvam políticas para estimular a medicina tradicional, também chamada de medicina complementar ou medicina integrativa (WHO, 2013). Nos Estados Unidos, foi criado o *Office of Cancer Complementary and Alternative Medicine* com o objetivo de supervisionar as ações do *National Cancer Institute*. O termo *Integrative Oncology* foi proposto em 2000 e em 2003, foi fundada a *Society for integrative Oncology* esta entidade compreende um grupo de profissionais, pesquisadores e docentes que realizam práticas e estudos voltados para PIC em oncologia (GURGEL et al., 2019).

No Brasil, o Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS) implementou, em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que possibilitou

ampliação da disponibilidade da oferta das PIC aos usuários do SUS. As PIC constituem-se como apoio à terapêutica convencional e incluem uma variedade de conhecimentos e técnicas, que podem ser acessadas de acordo com indicações de profissionais ou pela busca ativa de pessoas saudáveis ou enfermas (GURGEL et al., 2019).

O Sistema Único de Saúde (SUS) institucionalizou, até o momento, com a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), 29 práticas. São elas: apiterapia; aromaterapia; arteterapia; ayurveda; biodança; bioenergética; constelação familiar; cromoterapia; dança circular; geoterapia; hipnoterapia; homeopatia; imposição de mãos; medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde; medicina tradicional chinesa – acupuntura; meditação; musicoterapia; naturopatia; osteopatia; ozonoterapia; plantas medicinais – fitoterapia; quiropraxia; reflexoterapia; reiki; shantala; terapia comunitária integrativa; terapia de florais; termalismo social/crenoterapia e yoga (ASBRAN, 2020, p. 1).

A utilização de PIC nos pacientes com diagnóstico de câncer é elevada e, muitas vezes, acontece sem o conhecimento da equipe multiprofissional de saúde que realiza o tratamento para a neoplasia. Dentro deste contexto, o conhecimento dos profissionais de saúde por PIC apresenta-se como estratégia de tratamento no âmbito da saúde no Brasil.

## **OBJETIVO**

Identificar práticas integrativas e complementares usadas em saúde, bem como o conhecimento dos profissionais de enfermagem sobre essas modalidades terapêuticas.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada uma revisão bibliográfica de literatura, método que permite a busca de análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema, possibilita a síntese de vários estudos publicados, permite a geração de novos conhecimentos e pode apontar lacunas de conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), para o processo de elaboração de uma revisão integrativa, necessita-se de fases critérios, tais como: definição da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão com busca na literatura, definição das informações a serem extraídas dos estudos, avaliação dos estudos incluídos, interpretação dos resultados e síntese dos dados.

Inicialmente, foi realizada uma busca de artigos empíricos completos disponíveis na íntegra. A pergunta norteadora do estudo foi: Como são utilizadas as PIC pelos

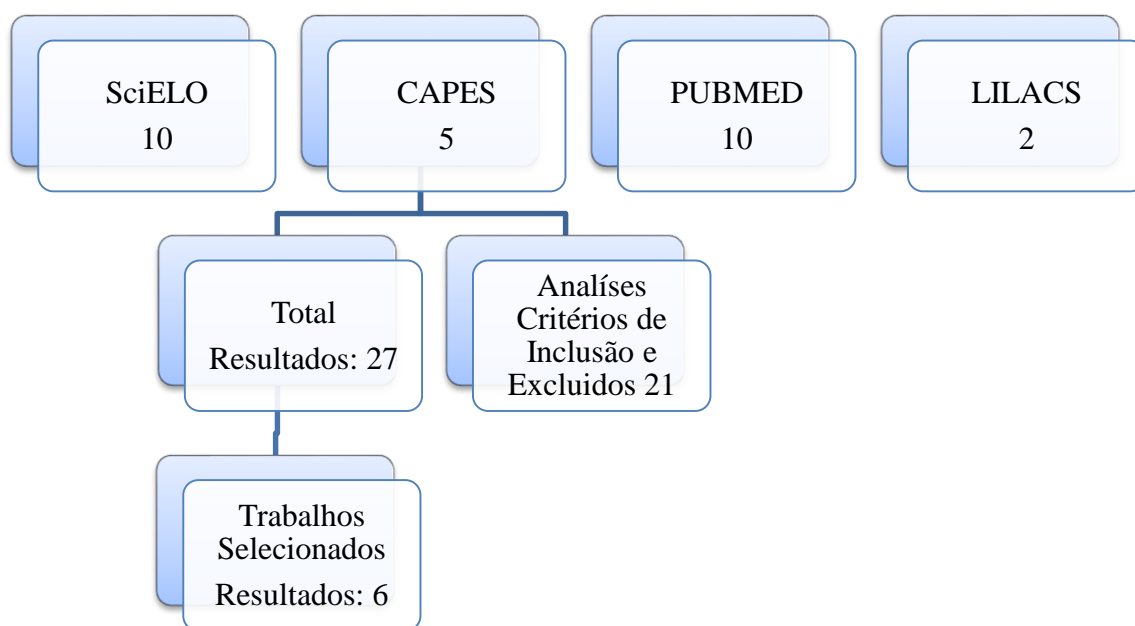
profissionais de saúde no Brasil? palavras-chaves foram utilizadas nas línguas portuguesa e inglesa que constam nos Descritores em Ciências da Saúde da Bireme (DeCS): “Práticas Integrativas e Complementares” (complementary and integrative practices) e (AND) “profissionais da saúde” (health professionals) nas respectivas bases de dados: Medline, PubMed, LILACS, SciELO.

Foi empregado um limite de data entre 2005 e 2020 na estratégia de busca, sendo que a busca propriamente dita foi realizada no mês de março de 2020. Após a varredura os, estudos foram analisados por meio da leitura dos resumos visando aplicar os critérios de inclusão/exclusão dos trabalhos para análise posterior. Os critérios de inclusão empregados foram: Estudos científicos completos nos idiomas português e inglês desenvolvidos no Brasil que abordassem a temática proposta. Além destes os descritores utilizados, deveriam constar no título, assunto ou resumo do trabalho. Os estudos que não se enquadravam nestes termos foram excluídos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 1 demonstra as publicações referentes ao tema que foram excluídas, tendo sido mantida as que se encaixavam nos critérios de inclusão, tendo sido elencados 6 artigos para análise,

**Figura 1-** Identificação e seleção de publicações descrito em fluxograma abaixo:



O período das publicações analisadas nesta revisão integrativa foi de 2017 a 2020, sendo um artigo do ano de 2017, três de 2019, dois do ano de 2020.

Os artigos selecionados para esta revisão foram descritos na tabela 1, relacionando os seguintes aspectos: Autor e ano da publicação, título do trabalho, objetivo e delineamento. Os dados extraídos dos estudos selecionados foram organizados em uma tabela para melhor visualização dos dados e serão apresentados a seguir:

**Tabela 1** – Caracterização bibliográfica relacionada às práticas integrativas e complementares.

N	AUTOR/ANO	TÍTULO DO TRABALHO	OBJETIVO	DELINEAMENTO
	KRACIK, Maria Luiza Amaral et al., (2020).	Medicina Integrativa: um parecer situacional a partir da percepção de médicos no Sul do Brasil.	Identificar o interesse, a concordância e o conhecimento dos médicos atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Tubarão (SC) em relação às práticas da Medicina Integrativa e sua política nacional de inclusão ao sistema de saúde.	Estudo transversal, em amostra do tipo censo.
	FERRAZ, Ivana Santos et al., (2020).	Expansão das práticas integrativas e complementares no Brasil e o processo de implantação no sistema único de saúde.	Analisar, no âmbito da pesquisa científica, a implantação das Práticas Integrativas e Complementares nos serviços de saúde e a implicação dos próprios autores nessa experiência.	Revisão Integrativa de literatura.
	PLÁCIDO, André Lima et al., (2019).	Percepção Dos Gestores Das Unidades Básicas De Saúde Sobre As Práticas Integrativas E Complementares.	O objetivo do estudo foi identificar o conhecimento e opiniões dos gestores de saúde que atuam nas Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares.	Estudo do tipo qualitativos.
	AZEVEDO, Cissa et al., (2019).	Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico assistencial.	Realizar estudo documental sobre os aspectos legais que respaldam a atuação do enfermeiro nas Práticas Integrativas e Complementares (PIC) e discorrer sobre o panorama do ensino, pesquisa, atividades extensionistas e assistenciais da Enfermagem frente às PIC.	Estudo documental.
	RUELA, Ludmila de Oliveira et al., (2019).	Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura.	O objetivo deste estudo foi analisar a implementação, o acesso e o uso das PIC no Sistema Único de Saúde (SUS) após a implantação da política.	Revisão integrativa da literatura.
	GONTIJO, Mouzer Barbosa Alves; NUNES, Maria de Fátima (2017).	Práticas Integrativas E Complementares: Conhecimento E Credibilidade De Profissionais Do Serviço Público De Saúde.	Identificar, entre profissionais de nível superior da saúde trabalhadores do SUS de três cidades brasileiras, os conhecimentos quanto às PICs, a PNPIC e a credibilidade que têm nelas.	O estudo desenvolvido foi do tipo transversal exploratório.

Inicialmente, a PNPIC elencava apenas cinco PIC em suas diretrizes para serem empregadas no SUS com o intuito de promover a recuperação, a manutenção e a prevenção da saúde dos usuários, além da cura de algumas doenças, são elas: a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura; a Homeopatia; as Plantas Medicinais/Fitoterapia; o Termalismo/Crenoterapia; e a Medicina Antroposófica. Entretanto, ao reconhecer a crescente utilização de outras práticas baseadas em conhecimentos tradicionais pela população de uma forma em geral, o MS incluiu, entre os anos de 2017 e 2018, novos recursos terapêuticos à PNPIC, por meio da Portaria nº 849/2017 e da Portaria nº 702/2018. Com as medidas, o SUS passou a ofertar, atualmente, 29 dessas práticas (RUELA et al., 2019. p. 4246).

Atualmente no Brasil, alguns municípios e Estados regulamentaram as PIC, destacando-se a Política Municipal de PIC, como exemplificado por Vitoria no Estado do Espírito Santo. Esta perspectiva foi construída a partir do envolvimento de atores sociais e institucionais. Em outras capitais, como foi o caso de Recife a política de utilização destas foi desenvolvida a partir de instâncias superiores e por líderes da gestão (FERRAZ et al., 2020).

Diante das opções de PIC incentivadas pelas políticas públicas, os resultados deste estudo mostram que muitas dessas não foram abordadas pelos autores ou foram apenas citadas, sem aprofundamentos. Houve, com isso, o predomínio de estudos que abordaram várias práticas na mesma investigação, como por exemplo: a acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia, entre outras, analisando a implantação e organização dessas e o conhecimento dos usuários e dos profissionais sobre as PIC; bem como daqueles estudos que apontaram um contexto geral das terapias no SUS, sem fazer especificação das práticas usadas. Assim, foi possível observar a escassez de estudos que aprofundassem o uso de algumas práticas, como o Termalismo/Crenoterapia e a medicina Antroposófica, apontando uma lacuna para a utilização dessas no SUS. Entretanto, isso pode ser um reflexo da baixa oferta de tais terapias nos serviços, o que impossibilita a discussão dessas práticas nos estudos analisados (RUELA et al., 2019. p. 4246).

Em um estudo realizado por Kracik et al. (2020), foi evidenciado que a maioria dos profissionais que atuam na área médica, referiram desconhecer as PNPIC. Poucos relataram interesse pelas modalidades terapêuticas descritas, sendo pequena a parcela dos que desejam se especializar ou se capacitar nessa área médica. Algum destes profissionais referiu querer conhecer mais sobre as práticas e concordaram com a inclusão delas no SUS, porém apenas a inclusão de algumas PIC.

Diversos estudos têm evidenciado que os profissionais de enfermagem são profissionais que se destacam na implementação e utilização das PIC, uma vez que os princípios de sua formação são congruentes aos paradigmas desta ciência. Além do mais, possuem respaldo legal para a atuação em serviços públicos e privados. Contudo, ainda é pequeno o contingente desses profissionais que atuam com essas terapias ou possuem conhecimento para prescrever e encaminhar os usuários para esse tipo de serviço. Isso pode ser devido às lacunas durante a formação profissional, uma vez que temas relacionados às PIC quase não são abordados durante a graduação, contudo neste estudo foi possível identificar uma maior percepção quanto as PIC (AZEVEDO et al., 2019).

Segundo Plácido et al. (2019), em um estudo realizado com gestores de UBS, com relação à utilização de alguma PIC para sua própria saúde ou de um familiar, as respostas foram que a maioria já havia utilizado de recursos como acupuntura e afirmaram que as PICs corroboram a manutenção de modo de vida saudável. O resultado encontrado no presente estudo permite uma

reflexão otimista, já que os gestores referenciaram não conhecer a PNPIC, porém ao saber que alguns deles já fizeram uso de uma prática, e mostraram entender o que são as mesmas, favorece a expectativas positivas do entendimento da importância das PICs na UBS.

Em um estudo realizado Gontijo e Nunes (2017), foi evidenciado que a maioria dos profissionais conhece parcialmente as práticas integrativas e complementares, onde estes mesmos considera mais eficiente a acupuntura e a fitoterapia, desconhece a antroposofia e o termalismo, tem menor credibilidade na homeopatia, desconhece a política nacional de práticas integrativas e complementares, considera que seus conhecimentos não foram obtidos durante a graduação, mas principalmente pela leitura e experiência em família, entende que estas práticas devem ser inseridas na graduação e que são importantes para a profissão e para o serviço.

Neste estudo foi possível evidenciar a ausência e falta de conhecimento de profissionais de saúde com relação as práticas integrativas e complementares.

## CONCLUSÃO

Concluiu-se que as PIC são oferecidas no SUS e a carência de dados sobre algumas práticas se apresentam como uma certa restrição sobre o atual contexto dessa abordagem. Alguns reflexos positivos para os usuários e para os serviços que apoiaram à sua utilização foram destacados, mas há muitos desafios em relação ao seu acesso e à sua utilização, especialmente pela falta de capacitação dos profissionais.

Assim, torna-se necessário que novos estudos sejam realizados abordando a história das práticas complementares após a criação da PNPIC. Ainda existem poucas evidências, contudo, é possível compreender baixa adesão e baixo conhecimento acerca das práticas e a necessidade de novos estudos e incentivo ao uso das PIC, principalmente para os profissionais da área da enfermagem.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN). **Asbran participa de seminário do CFN sobre PICS antes de resolução ser publicada**. 2020. Disponível em: <<https://www.asbran.org.br/noticias/asbran-participa-de-seminario-do-cfn-sobre-pics-antes-de-resolucao-ser-publicada>>. Acesso em: 15 jul. 2020.



AZEVEDO, Cissa et al. **Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, e20180389, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452019000200226&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000200226&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional do Câncer. **Tratamento do câncer**. 2019. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tratamento>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CINTRA, Maria Elisa Rizzi; FIGUEIREDO, Regina. **Acupuntura e promoção da saúde: possibilidades no serviço público de saúde**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 14, n. 32, p. 139-154, mar. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832010000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FERRAZ, Ivana Santos et al. **Expansão das práticas integrativas e complementares no Brasil e o processo de implantação no sistema único de saúde**. Enfermería Actual de Costa Rica, San José, n. 38, p. 196-208, jun. 2020. Disponível em:<[http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682020000100196&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000100196&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GONTIJO, Mouzer Barbosa Alves; NUNES, Maria de Fátima. **Práticas Integrativas E Complementares: Conhecimento e Credibilidade de Profissionais do Serviço Público de Saúde**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 301-320, abr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462017000100301&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000100301&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 jul. 2020.

GURGEL, Isabela Oliva et al. **Prevalência de práticas integrativas e complementares em pacientes submetidos à quimioterapia antineoplásica**. Cogitare enferm., v. 24, e64450, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/64450>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

KRACIK, Maria Luiza Amaral et al. **Medicina Integrativa: um parecer situacional a partir da percepção de médicos no Sul do Brasil**. Saúde em Debate, v. 43, n. 123, p. 1095-1105, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912309>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LUZ, Madel T. **Cultura contemporânea e medicamentos alternativos: novos paradigmas em saúde no fim do século XX**. Physis, Rio de Janeiro, v. 15, Supl., p. 145-176, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a08.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto contexto - enferm., Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PINHEIRO, Roseni; MACHADO, Felipe Rangel; GUIZARDI, Francini Lube. **Cidadania no cuidado: um ensaio sobre os caminhos de se (re)pensar a integralidade nas Práticas**

Integrativas e Complementares em Saúde. In: BARRETO, A. F. (Org.). **Integralidade e saúde: epistemologia, política e práticas de cuidado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. Cap. 4, p.75-94. Disponível: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/int-2552>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PLÁCIDO, André Lima et al. **Percepção dos Gestores das Unidades Básicas de Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares**. Rev. Mult. Psic., v. 13, n. 43, p. 865-872, 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1567>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RUELA, Ludmila de Oliveira et al. **Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 4239-4250, nov. 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232019001104239&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001104239&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: < [https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102](https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102)>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VIDOTTI, Janaína de Fátima; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Qualidade de vida em sobreviventes de longo prazo ao câncer de mama: análise da produção científica**. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 15, n. 3, p. 49-68, dez. 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872013000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

VIEIRA, Elisabeth Meloni et al. **Experience of sexuality after breast cancer: a qualitative study with women in rehabilitation**. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 22, n. 3, p. 408-414, Jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692014000300408&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692014000300408&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WATERKEMPER, Roberta; REIBNITZ, Kenya Schmidt. **Cuidados paliativos: a avaliação da dor na percepção de enfermeiras**. Rev. Gaúcha Enferm., v. 31, n.1, p. 84-91, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472010000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Traditional Medicine Strategy 2014-2023**. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/92455/1/9789241506090\\_eng.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/92455/1/9789241506090_eng.pdf?ua=1). Acesso em: 12 jul. 2020.